

Senador defende proposta

A assessoria de imprensa do senador César Borges informou que o projeto está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, em caráter terminativo. Dessa forma, se for aprovado na comissão, o projeto segue direto para a Câmara, sem necessidade de ser examinado pelos senadores em plenário.

César Borges argumentou que a proposta visa assegurar a acusados de crime eleitoral direitos garantidos na Constituição Federal, como a presunção da inocência e a ampla defesa.

"De fato, ele pode ser cul-

pado, mas também pode ser inocente e ter o mandato cassado de maneira injusta. Meu projeto quer garantir para estes acusados alguns direitos básicos inscritos na Constituição Federal", justificou.

Borges negou ainda que tenha interesse pessoal na aprovação do projeto. "Venci no TRE (Tribunal Regional Eleitoral) da Bahia por 4 a 1, em processo de suposto abuso de poder econômico por uma única entrevista de rádio. Ao contrário, meu projeto no Senado trata de outro tipo de crime eleitoral, a compra de votos. Além disso, se ganhei

na primeira instância, como poderia me privilegiar da aprovação deste projeto, que protege exatamente quem é derrotado na primeira instância?", questionou.

Para o vice-presidente da OAB, Aristóteles Atheniense, os argumentos do senador são insuficientes. "O que é mais importante: defender rigorosamente esse direito de defesa, fazer com que um indivíduo vá exaurir, gastar todas as possibilidades processuais, indo até o Supremo Tribunal Federal, ou a confiabilidade que o candidato recebe do eleitor?", questionou.